

PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei n° 1083/2025

Processo Número: 41394/2025 | Data do Protocolo: 08/10/2025 14:26:18





Projeto de Lei

Altera a Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, com fundamento nos artigos 2°, inciso XIV, e 3°, inciso VI, alínea "b", da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá providências correlatas.

Governador -



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 3200360030003200350038003A005000

Assinado eletronicamente por RICARDO MARTINS ROSA em 08/10/2025 14:26 Checksum: 5F778BDE2EE97A1B01C8CB918C9834C262B341B5C1CA6EB7446049F49FD94391





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO GABINETE DO GOVERNADOR

Mensagem do Governador

São Paulo, na data da assinatura digital.

A-nº 075/2025

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei para alterar a Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, com fundamento nos artigos 2°, inciso XIV, e 3°, inciso VI, alínea "b", da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá providências correlatas.

A medida decorre de estudos realizados pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e encontra-se delineada, em seus contornos gerais, na Exposição de Motivos a mim encaminhada pelo Secretário Executivo da Pasta, texto que faço anexar, por cópia, à presente Mensagem, para conhecimento dessa ilustre Casa Legislativa.

Expostas, assim, as razões determinantes de minha iniciativa, venho solicitar que a apreciação da propositura se faça em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Tarcísio de Freitas

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado André do Prado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **Tarcísio de Freitas**, **Governador do Estado**, em 07/10/2025, às 23:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador



Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística Chefia de Gabinete

Exposição de Motivos nº 15/2025

Processo: 020.00015101/2025-77

Excelentíssimo Senhor Governador,

Cumprimentando-o cordialmente, trata-se de proposta de Anteprojeto de Lei que altera a Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico do Estado de São Paulo.

A medida proposta fundamenta-se na necessidade de adequar a estrutura regional de saneamento básico do Estado às diretrizes estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei federal nº 14.026/2020) e às estratégias delineadas no âmbito das políticas públicas de saneamento básico formuladas pelo Estado, notadamente o Programa Universaliza SP, instituído pelo Decreto estadual nº 67.814, de 18 de julho de 2023.

Conforme dispõe o artigo 2º, inciso XIV, da Lei federal nº 11.445/2007, com redação conferida pela Lei federal nº 14.026/2020, a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico constitui princípio fundamental da política nacional de saneamento, sendo condição para o acesso a recursos federais e instrumento essencial para a viabilidade técnica e econômico-financeira da universalização dos serviços.

Nesse contexto, o Estado de São Paulo tem adotado medidas estruturantes para viabilizar o cumprimento das metas estabelecidas no artigo 11-B da Lei nº 11.445/2007, que determina a necessidade de atendimento de 99% da população com abastecimento de água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, além de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento. Essas ações foram reforçadas com a implementação do Programa Universaliza SP, que tem por objetivo promover soluções regionalizadas, sustentáveis e integradas de saneamento básico, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, à proteção ambiental e ao aumento da resiliência hídrica e climática dos municípios paulistas.

A Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, ao criar 04 (quatro) Unidades Regionais de Saneamento - URAEs em todo o território estadual, estabeleceu um importante marco inicial para a regionalização. Contudo, passados quatro anos desde sua promulgação, observa-se que a efetivação desse modelo ocorreu exclusivamente na URAE 1, composta por 375 municípios, sendo 371 atualmente operados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, no âmbito do Contrato de Concessão nº 01/2024. As demais unidades regionais originalmente instituídas não foram implementadas, revelada a necessidade de melhorias voltadas à dinâmica técnica, hidrográfica e à sustentabilidade econômico-financeira observada no Estado.

Visando o efetivo atendimento do Novo Marco do Saneamento Básico, destaca-se no presente Anteprojeto de Lei a:

 manutenção da URAE 1, consolidada por força do contrato de concessão vigente celebrado com a Sabesp, dispensando nova manifestação de adesão dos seus entes integrantes do instrumento contratual;



- reestruturação da Unidade Regional de Saneamento denominada URAE 2, compreendendo os demais municípios não operados pela Sabesp no bojo do Contrato de Concessão nº 01/2024, excluindo-se as demais unidades;
- exigência de manifestação formal de adesão por parte dos municípios à URAE 2, conforme a sistemática já prevista na legislação vigente;
- autorização para que, por deliberação de uma instância colegiada, sejam criadas Subunidades Regionais de Saneamento Básico (Sub-URAEs), baseadas em critérios técnicos e hidrográficos igualmente trazidos pelo referido Anteprojeto de Lei.

Destaca-se que a criação das Sub-URAEs pela respectiva instância colegiada deliberativa, composta por representantes do Estado, dos municípios integrantes e de entidades da sociedade civil, confere maior cooperação interfederativa e técnica ao processo decisório para o adequado agrupamento regional dos municípios, conforme as necessidades locais e regionais e assegurando o exercício da titularidade conjunta dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito da prestação regionalizada prevista no artigo 3º, inciso VI, "b", da Lei federal nº 11.445/2007.

Adicionalmente, a presente proposta prevê a ampliação do escopo das unidades regionais de saneamento básico para contemplar, de forma expressa, os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A medida está em consonância com a definição de saneamento básico prevista no Novo Marco do Saneamento Básico. Tal inclusão reflete a diretriz estratégica da política pública estadual de promover soluções integradas e resilientes de infraestrutura urbana, especialmente nos municípios que optarem voluntariamente por incorporar tais serviços ao planejamento regional.

As justificativas técnicas para a proposta foram apresentadas pela Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Pasta, por meio da Nota Técnica SEI nº 0083919420, sendo os aspectos jurídicos analisados no âmbito do Parecer CJ/SEMIL nº 394/2025 (SEI nº 0084279103), concluindo pela viabilidade de prosseguimento.

Pelas razões expostas, Senhor Governador, submeto à superior apreciação de Vossa Excelência a aprovação da presente proposta, consoante minuta SEI nº 0083920748, que propõe alteração da Lei nº 17.383/2021, com o objetivo de reestruturar o modelo de regionalização dos serviços de saneamento básico no Estado, reforçando o compromisso de São Paulo de garantir o cumprimento das metas de universalização do saneamento e de resiliência climática, viabilizando maior eficiência na gestão integrada dos serviços e capacidade adaptativa das cidades frente a eventos hidrológicos extremos, com observância dos princípios de segurança jurídica, sustentabilidade econômico-financeira, modicidade tarifária e eficiência regulatória.

Respeitosamente,

ANDERSON MARCIO DE OLIVEIRA Secretário Executivo respondendo pelo expediente da SEMIL



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Marcio De Oliveira**, **Secretário Executivo**, em 30/09/2025, às 20:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador
0084288276 e o código CRC 0DD3A9A5.





PROJETO DE LEI

Lei nº	•	de	de	de	20	2

Altera a Lei n° 17.383, de 5 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, com fundamento nos artigos 2°, inciso XIV, e 3°, inciso VI, alínea "b", da Lei federal n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo

a seguinte lei:

Artigo 1º - Os dispositivos adiante indicados da Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o artigo 3°:

"Artigo 3º - A prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no Estado de São Paulo será realizada pelas seguintes Unidades Regionais de Saneamento Básico – URAEs:

- I URAE 1, composta pelos Municípios de que trata o Anexo I desta lei;
- II URAE 2, composta pelos Municípios de que trata o Anexo II desta lei. (NR)";
 - II o "caput" do artigo 5°:

"Artigo 5° - A governança interfederativa das URAEs e, caso instituídas, das Sub-URAEs, observará o disposto na Lei federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), e compreenderá em sua estrutura básica: (NR)".

Artigo 2º- A Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

I - o parágrafo único do artigo 1º:



"Parágrafo único - As unidades regionais de saneamento básico e as subunidades regionais de saneamento básico - Sub-URAEs a que se refere o artigo 3º-A poderão incluir os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, nos termos da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007."

II - o artigo 3°-A:

- "Artigo 3º-A As URAEs poderão ser divididas em subunidades regionais de saneamento básico - Sub-URAEs, por decisão da instância colegiada deliberativa da respectiva Unidade Regional, observando-se pelo menos um dos seguintes critérios técnicos:
- I coerência hidrográfica do agrupamento, considerando as bacias hidrográficas ou Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos -UGRHI:
- II possibilidade de compartilhamento de infraestrutura referente a um ou mais dos seguintes serviços:
 - a) captação, adução, distribuição e tratamento de água;
 - b) coleta, afastamento, tratamento de esgoto e reuso;
 - c) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III viabilidade técnico-operacional, econômico-financeira ou regulatória da subdivisão proposta, considerando escala, cobertura e metas de universalização, previstas no artigo 11-B da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
- § 1° Os municípios integrantes das unidades regionais de saneamento básico poderão integrar mais de uma Sub-URAE no âmbito das suas respectivas unidades.
- § 2º Caberá ao Conselho Deliberativo de cada URAE estabelecer em regimento próprio as normas relativas ao processo de organização e funcionamento das Sub-URAEs mencionadas neste artigo.";
 - III os Anexos I e II, em conformidade com os Anexos I e II desta

Artigo 3º - Fica mantida a URAE 1, conforme municípios relacionados no Anexo I desta lei, e dispensada nova manifestação de adesão de seus membros.

lei.

Artigo 4º - Ficam extintas as URAEs 3 e 4, criadas pela Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, passando os respectivos municípios a integrar a URAE 2, de que trata o inciso II do seu artigo 3º com a redação dada pelo inciso I do artigo 1º desta lei.

Autenticar documento em http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade com o identificador 34003300370030034003A00500052004100, Documento assinado digitalmente

Parágrafo único - Os municípios que passam a integrar a URAE 2, bem como os que já a integravam, poderão manifestar adesão à referida URAE, por meio de declaração formal firmada pelo Prefeito, no prazo a ser definido em decreto.

Artigo 5º - Ficam revogados o artigo 4º e o Anexo Único da Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, na data da assinatura digital.

Tarcísio de Freitas

Anexo I

a que se refere o inciso I do artigo 3º da Lei nº 17.293, de 5 de julho de 2021.

<u> </u>	1. Adamantina
	2. Adolfo
	3. Aguaí
	4. Águas da Prata
	5. Águas de Santa Bárbara
	6. Águas de São Pedro
	7. Agudos
	8. Alambari
	9. Alfredo Marcondes
	10. Altair
	11. Alto Alegre
	12. Alumínio
	13. Álvares Machado
	14. Álvaro de Carvalho
	15. Alvinlândia
	16. Angatuba
	17. Anhembi
	18. Anhumas
	19. Aparecida d'Oeste
	20. Apiaí
	21. Araçariguama
	22. Arandu
	23. Arapei
	24. Arco-Íris
	25. Arealva
	26. Areiópolis
	27. Arujá
	28. Aspásia
	29. Assis
	30. Auriflama
	31. Avaí

Autenticar documento em http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade

33. Balbinos
34. Bananal
35. Barão de Antonina
36. Barra do Chapéu
37. Barra do Turvo
38. Barueri
39. Bastos
40. Bento de Abreu
41. Bernardino de Campos
42. Bertioga
43. Biritiba-Mirim
44. Bocaina
45. Bofete
46. Boituva
47. Bom Sucesso de Itararé
48. Borá
49. Boracéia
50. Botucatu
51. Bragança Paulista
52. Brejo Alegre
53. Buri
54. Buritizal
55. Cabreúva
56. Caçapava 57. Cachoeira Paulista
58. Caiabu
59. Caieiras
60. Cajamar
61. Cajati
62. Cajuru
63. Campina do Monte Alegre
64. Campo Limpo Paulista
65. Campos do Jordão
66. Cananéia
67. Canas
68. Cândido Rodrigues
69. Capão Bonito
70. Capela do Alto
71. Caraguatatuba
72. Carapicuíba
73. Cardoso
74. Cássia dos Coqueiros
75. Catiguá
76. Cesário Lange
77. Charqueada
78. Colômbia
79. Conchas
80. Coroados
- 91 Coronal Magazia

83. Cruzália
84. Cubatão
85. Diadema
86. Dirce Reis
87. Divinolândia
88. Dolcinópolis
89. Dourado
90. Duartina
91. Echaporã
92. Eldorado
93. Elias Fausto
94. Embu das Artes
95. Embu-Guaçu
96. Emilianópolis
97. Espírito Santo do Pinhal
98. Espirito Santo do Finhar
99. Estrela d'Oeste
100. Estrela do Norte
101. Euclides da Cunha Paulista
102. Fartura
103. Fernando Prestes
104. Fernandópolis
105. Fernão
106. Ferraz de Vasconcelos
107. Flora Rica
108. Floreal
109. Flórida Paulista
110. Florínea
111. Franca
112. Francisco Morato
113. Franco da Rocha
114. Gabriel Monteiro
115. Gália
116. Gastão Vidigal
117. General Salgado
118. Glicério
119. Guapiara
120. Guarani d'Oeste
121. Guararema
122. Guareí
123. Guariba
124. Guarujá
125. Guarulhos
126. Guzolândia
127. Hortolândia
128. Iacri
129. Iaras
130. Ibirá

132. Icém
133. Igaratá
134. Iguape
135. Ilha Comprida
136. Ilhabela
137. Indiaporã
138. Inúbia Paulista
139. Iperó
140. Iporanga
141. Irapuã
142. Itaberá
143. Itaí
144. Itanhaém
145. Itaoca
146. Itapecerica da Serra
147. Itapetininga
148. Itapeva
149. Itapevi
150. Itapirapuã Paulista
151. Itaporanga
152. Itaquaquecetuba
153. Itararé
154. Itariri
155. Itatiba
156. Itatinga
157. Itirapuã
158. Itobi
159. Itupeva
160. Jaborandi
161. Jacupiranga
162. Jales
163. Jambeiro
164. Jandira
165. Jarinu
166. Jeriquara
167. Joanópolis
168. Juquiá
169. Juquitiba
170. Lagoinha
171. Laranjal Paulista
172. Lavrinhas
173. Lins
174. Lorena
174. Lorena 175. Lourdes
175. Louides 176. Lucélia
177. Lucianópolis 178. Luiziânia
179. Lupércio
- IXII I IIIOOIO

182. Magda
183. Mairiporã
184. Marabá Paulista
185. Maracaí
186. Mariápolis
187. Marinópolis
188. Mauá
189. Meridiano
190. Mesópolis
191. Mira Estrela
192. Miracatu
193. Mirante do Paranapanema
194. Mococa
195. Mombuca
196. Monções
197. Mongaguá
198. Monte Alto
199. Monte Aprazível
200. Monte Mor
201. Monteiro Lobato
202. Morungaba
203. Narandiba
204. Nazaré Paulista
205. Nhandeara
206. Nipoã
207. Nova Campina
208. Nova Canaã Paulista
209. Nova Granada
210. Nova Luzitânia
210. Nova Euzitama 211. Novo Horizonte
212. Óleo
213. Onda Verde
214. Oriente
215. Orindiúva
216. Osasco
217. Oscar Bressane
218. Osvaldo Cruz
219. Ouroeste
220. Palmares Paulista
221. Palmeira d'Oeste
222. Paraguaçu Paulista
223. Paranapanema
224. Paranapuã
225. Parapuã
226. Pardinho
227. Pariquera-Açu
228. Paulínea
229. Paulistânia

231. Pederneiras
232. Pedra Bela
233. Pedranópolis
234. Pedregulho
235. Pedrinhas Paulista
236. Pedro de Toledo
237. Pereiras
238. Peruíbe
239. Piacatu
240. Piedade
241. Pilar do Sul
242. Pindamonhangaba
243. Pinhalzinho
244. Piquerobi
245. Piracaia
246. Piraju
247. Pirapora do Bom Jesus
248. Pirapozinho
249. Piratininga
250. Planalto
250. Flatina
251. Flatina 252. Poá
252. Foa 253. Poloni
254. Pongaí 255. Pontalinda
256. Pontes Gestal
257. Populina
258. Porangaba
259. Pracinha
260. Praia Grande
261. Pratânia
262. Presidente Alves
263. Presidente Bernardes
264. Presidente Epitácio
265. Presidente Prudente
266. Quadra
267. Quatá
268. Queiroz
269. Queluz
270. Redenção da Serra
271. Regente Feijó
272. Registro
273. Restinga
274. Ribeira
275. Ribeirão Branco
276. Ribeirão Corrente
277. Ribeirão do Sul
278. Ribeirão dos Índios
270 Dibnigão Grando

281. Rifaina
282. Rio Grande da Serra
283. Riolândia
284. Riversul
285. Rosana
286. Roseira
287. Rubiácea
288. Rubinéia
289. Sagres
290. Salesópolis
291. Salmourão
292. Saltinho
293. Salto de Pirapora
294. Sandovalina
295. Santa Albertina
296. Santa Branca
297. Santa Clara d'Oeste
298. Santa Cruz da Esperança
299. Santa Cruz do Rio Pardo
300. Santa Ernestina
301. Santa Isabel
302. Santa Maria da Serra
303. Santa Mercedes
304. Santa Rosa de Viterbo
305. Santa Salete
306. Santana da Ponte Pensa
307. Santana de Parnaíba
308. Santo Anastácio
309. Santo André
310. Santo Antônio do Jardim
311. Santo Antônio do Pinhal
312. Santo Expedito
313. Santópolis do Aguapeí
314. Santos
315. São Bento do Sapucaí
316. São Bernardo do Campo
317. São Francisco
318. São João da Boa Vista
319. São João das Duas Pontes
320. São José dos Campos
321. São Lourenço da Serra
322. São Luiz do Paraitinga
323. São Manuel
324. São Miguel Arcanjo
325. São Paulo
326. São Roque
327. São Sebastião
328. São Vicente

330. Sarutaiá	
331. Sebastianópolis do Sul	
332. Serra Azul	
333. Serra Negra	
334. Sete Barras	
335. Silveiras	
336. Socorro	
337. Sud Mennucci	
338. Suzano	
339. Taboão da Serra	
340. Taciba	
341. Taguaí	
342. Tapiraí	
343. Tapiratiba	
344. Taquarituba	
345. Taquarivaí	
346. Tarabai	
347. Tarumã	
348. Tatuí	
349. Taubaté	
350. Tejupá	
351. Teodoro Sampaio	
352. Terra Roxa	
353. Timburi	
354. Torre de Pedra	
355. Torrinha	
356. Tremembé	
357. Três Fronteiras	
358. Tupã	
359. Turiúba	
360. Turnalina	
361. Ubatuba	
362. Ubirajara	
363. União Paulista	
364. Urânia	
365. Uru	
366. Valentim Gentil	
367. Vargem	
368. Vargem Grande Paulista	
369. Várzea Paulista	
370. Vitória Brasil	
371. Zacarias	

Anexo II

a que se refere o inciso II do artigo 3º da Lei nº 17.293, de 5 de julho de 2021.

<u>а ч</u>	de se refere o filciso fi do artigo 5
	1. Águas de Lindóia
	2. Altinópolis
	3. Álvares Florence

5. Américo Brasiliense
6. Américo de Campos
7. Amparo
8. Analândia
9. Andradina
10. Aparecida
11. Araçatuba
12. Araçoiaba da Serra
13. Aramina
14. Araraquara
15. Araras
16. Areias
17. Ariranha
18. Artur Nogueira
19. Atibaia
20. Avanhandava
21. Bady Bassitt
22. Bálsamo
23. Barbosa
24. Bariri
25. Barra Bonita
26. Barretos
27. Barrinha
28. Batatais
29. Bauru
30. Bebedouro
31. Bilac
32. Birigui
33. Boa Esperança do Sul
34. Bom Jesus dos Perdões
35. Borborema
36. Borebi
37. Braúna
38. Brodowski
39. Brotas
40. Buritama
41. Cabrália Paulista
42. Caconde
43. Cafelândia
44. Caiuá
45. Cajobi
46. Campinas
47. Campos Novos Paulista
48. Cândido Mota
49. Canitar
50. Capivari
51. Casa Branca
52. Castilho
53. Catanduva
54. Cedral
5 <u>5. Cerqueira César</u>



57. Chavantes
58. Clementina
59. Colina
60. Conchal
61. Cordeirópolis
62. Corumbataí
63. Cosmópolis
64. Cosmorama
65. Cravinhos
66. Cristais Paulista
67. Cruzeiro
68. Cunha
69. Descalvado
70. Dobrada
71. Dois Córregos
72. Dracena
73. Dumont
74. Elisiário
75. Embaúba
76. Engenheiro Coelho
77. Estiva Gerbi
78. Garça
79. Gavião Peixoto
80. Getulina
81. Guaíçara
82. Guaimbê
83. Guaíra
84. Guapiaçu
85. Guará
86. Guaraçaí
87. Guaraci
88. Guarantã
89. Guararapes
90. Guaratinguetá
91. Guatapará
92. Herculândia
93. Holambra
94. lacanga
95. Ibaté
96. Ibirarema
97. Ibitinga
98. lepê
99. Igaraçu do Tietê
100. Igarapava
101. Ilha Solteira
102. Indaiatuba
103. Indiana
104. Ipaussu
105. Ipeúna
106. Ipiguá
1 <u>07. lpuã</u>

109. Irapuru	
110. Itajobi	
111. Itaju	
112. Itapira	
113. Itápolis	
114. Itapuí	
115. Itapura	
116. Itirapina	
117. ltu	
118. Ituverava	
119. Jaboticabal	
120. Jacareí	
121. Jaci	
122. Jaguariúna	
123. Jardinópolis	
124. Jaú	
125. João Ramalho	
126. José Bonifácio	
127. Júlio de Mesquita	
128. Jumirim	
129. Jundiaí	
130. Junqueirópolis	
131. Lavínia	
132. Leme	
133. Lençóis Paulista	
134. Limeira	
135. Lindóia	
136. Louveira	
137. Luiz Antônio	
138. Macatuba	
139. Macaubal	
140. Mairingue	
141. Manduri	
142. Marapoama	
143. Marília	
144. Martinópolis	
145. Matão	
146. Mendonça	
147. Miguelópolis	
148. Mineiros do Tietê	
149. Mirandópolis	
150. Mirassol	
150. Mirassol	
151. Miliassolatida 152. Mogi das Cruzes	
152. Mogi das Cruzes 153. Mogi Guaçu	
154. Mogi Mirim	
155. Monte Alegre do Sul	
156. Monte Azul Paulista	
157. Monte Castelo	
158. Morro Agudo	
1 <u>59. Motuca</u>	

161. Nantes
162. Natividade da Serra
163. Neves Paulista
164. Nova Aliança
165. Nova Castilho
166. Nova Europa
167. Nova Guataporanga
168. Nova Independência
169. Nova Odessa
170. Novais
171. Nuporanga
172. Ocauçu
173. Olímpia
174. Orlândia
175. Ourinhos
176. Ouro Verde
177. Pacaembu
178. Palestina
179. Palmital
180. Panorama
181. Paraibuna
182. Paraíso
183. Parisi
184. Patrocínio Paulista
185. Paulicéia
186. Pedreira
187. Penápolis
188. Pereira Barreto
189. Pindorama
190. Piquete
191. Piracicaba
192. Pirajuí
193. Pirangi
194. Pirassununga
195. Pitangueiras
196. Pompéia
197. Pontal
198. Porto Feliz
199. Porto Ferreira
200. Potim
201. Potirin
201. Potirendaba 202. Pradópolis
203. Presidente Venceslau
204. Promissão
205. Quintana
206. Rafard
207. Rancharia
208. Reginópolis
209. Ribeirão Bonito
210. Ribeirão Preto
2 <u>11. Rincão</u>

213. Rio Claro
214. Rio das Pedras
215. Sabino
216. Sales
217. Sales de Oliveira
218. Salto
219. Salto Grande
220. Santa Adélia
221. Santa Bárbara d'Oeste
222. Santa Cruz da Conceição
223. Santa Cruz das Palmeiras
224. Santa Fé do Sul
225. Santa Gertrudes
226. Santa Lúcia
227. Santa Rita d'Oeste
228. Santa Rita do Passa Quatro
229. Santo Antônio da Alegria
230. Santo Antônio de Posse
231. Santo Antônio do Aracanguá
232. São Caetano do Sul
233. São Carlos
234. São João de Iracema
235. São João do Pau d'Alho
236. São Joaquim da Barra
237. São José da Bela Vista
238. São José do Barreiro
239. São José do Rio Pardo
240. São José do Rio Preto
241. São Pedro
242. São Pedro do Turvo
243. São Sebastião da Grama
244. São Simão
245. Serrana
246. Sertãozinho
247. Severínia
248. Sorocaba
249. Sumaré
250. Suzanápolis
251. Tabapuã
252. Tabatinga
253. Taiaçu
254. Taiúva
255. Tambaú
256. Tanabi
257. Taquaral
258. Taquaritinga
259. Tietê
260. Trabiju
261. Tuiuti
262. Tupi Paulista
2 <u>63. Ubarana</u>
O COMMANDED



265. Urupês
266. Valinhos
267. Valparaíso
268. Vargem Grande do Sul
269. Vera Cruz
270. Vinhedo
271. Viradouro
272. Vista Alegre do Alto
273. Votorantim
274. Votuporanga







A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php? acesso_externo=0, informando o código verificador 0084468018 e o código CRC **ODOC4CF3**.

